

ESTATUTO DA OFICINA DE COMPOSIÇÃO AGORA - OCA

CAPÍTULO I

Da denominação, duração, sede e fins

Art.1º A OCA, nome abreviado da Oficina de Composição Agora, constituída por tempo indeterminado, fundada em 06 de Junho de 2006, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, ora com sede à Rua Professor Sabino Silva, 220, ap. 203, Jardim Apipema, nesta cidade, com foro nesta Comarca, é uma Associação Civil para fins não econômicos ou lucrativos, constituída de associados, estes em número ilimitado, sem distinção de cor, ideal político, crença religiosa ou nacionalidade, e tem por finalidade apoiar e desenvolver ações para defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano, através de atividades culturais em geral e atividades musicais em particular.

Parágrafo único. Para a consecução de suas finalidades, a OCA poderá sugerir, promover, colaborar, coordenar e executar ações e projetos visando:

- a) o enriquecimento cultural da comunidade através de atividades relacionadas à música, às artes e à cultura;
- b) a produção, registro e difusão de música contemporânea com finalidade educativa, artística, cultural e informativa;
- c) a promoção de ações gratuitas de educação musical em meios sociais menos favorecidos;
- d) a promoção e organização de eventos e festivais musicais;
- e) a ampliação do diálogo e da interação entre instrumentistas e compositores;
- f) a ampliação do diálogo e da interação dos profissionais da música com a sociedade;
- g) a promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.

CAPÍTULO II

Do Regime de Administração e Organização

Art. 2º A OCA se rege pelas normas legais vigentes e por este Estatuto, que constitui sua Lei Orgânica, que todos os sócios são obrigados a respeitar e cumprir.

Art. 3º São órgãos da OCA:

- a) a Assembléia Geral;
- b) o Conselho Fiscal;
- c) a Diretoria.

CAPÍTULO III

Do Patrimônio Social, da Receita, da Despesa e da Escrituração

Art. 4º O patrimônio social é formado pelos bens imóveis e móveis que venha a possuir.

Art. 5º Os bens e títulos não poderão ser gravados ou alienados sem autorização da Assembléia Geral, comprovadas as necessidades e conveniências da OCA.

Art. 6º Constituem fontes de receita da OCA:

- a) donativos de quaisquer espécies;
- b) convênios com órgãos públicos ou organizações não governamentais;
- c) captação de recursos financeiros para projetos específicos;
- d) prestação de serviços de capacitação profissional na área cultural, artística e informativa, sem fins lucrativos.

CAPÍTULO IV

Dos Sócios e dos seus Direitos e Deveres

Art. 7º O quadro social compõe-se de associados fundadores, beneméritos e efetivos, sendo que a qualidade de associado é intransmissível.

- a) são considerados fundadores os associados que assinarem a Ata de Constituição da Associação, independente de categoria que tenham ou venham a ter no quadro social;
- b) são considerados beneméritos os associados que desenvolvam ações relevantes na área de atuação da OCA, desde que a concessão de tal benefício seja aprovada em Assembléia Geral;
- c) são considerados sócios efetivos todos aqueles que sejam admitidos a qualquer momento, a partir da fundação da OCA, incluindo o quadro de sócios fundadores e excluindo aqueles já designados na categoria de sócios beneméritos.

Parágrafo único. A admissão de novos associados, de qualquer categoria, será decidida pela Assembléia Geral, mediante proposta de sócios fundadores ou da Diretoria.

Art. 8º São direitos dos associados:

- a) freqüentar as dependências da Associação e tomar parte em suas atividades sociais, culturais e artísticas;
- b) tomar parte nas Assembléias Gerais;
- c) votar e ser votados, observadas as restrições estatutárias;
- d) recorrer ao Conselho Fiscal ou à Assembléia Geral em caso de penalidades impostas pela Diretoria;

Parágrafo único. Somente poderão ser votados para ocupar cargos na Diretoria ou no Conselho Fiscal, sócios efetivos civilmente capazes, que estejam em dia com suas obrigações perante a Associação.

Art. 9º São deveres dos associados:

- a) observar, respeitar e cumprir o Estatuto, regulamentos, regimentos, deliberações e resoluções dos órgãos da OCA;
- b) cooperar para o desenvolvimento e maior prestígio da OCA e difundir seus objetivos e ações.

CAPÍTULO V

Das Penalidades

Art. 10. As infrações ao disposto no presente Estatuto, regulamentos, regimentos internos e resoluções em vigor, serão passíveis das seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) suspensão;
- c) exclusão.

Art. 11. Incorrerá em pena de multa, sem prejuízo de outra que no caso couber, o associado que danificar ou inutilizar bens da Associação, lesando-lhe o patrimônio.

Parágrafo único. As multas serão aplicadas após a avaliação do prejuízo.

Art. 12. É passível de suspensão o associado que:

- a) atentar contra o conceito da OCA, por ação ou omissão;
- b) promover a discórdia entre os associados, atentando contra a disciplina social;
- c) faltar com o devido respeito aos Diretores, associados, empregados ou qualquer pessoa dentro da sede da Associação.

Art. 13. É passível de exclusão o associado que:

- a) for condenado em sentença transitada em julgado, por ato desabonador que o torne indôneo para o convívio social;
- b) reincidir em infração já punida com suspensão.

Art. 14. A agravação da suspensão ficará a critério da Diretoria, atendendo-se à gravidade e sua repercussão no quadro social.

Art. 15. Todas as penalidades serão impostas pela Diretoria, podendo, cada um dos Diretores, declarar suspensos os direitos de qualquer associado, em virtude estatutária, comunicando a suspensão à Diretoria, que deverá decidir sobre o caso, no prazo de 30 dias, sob pena de caducidade.

CAPÍTULO VI

Da Assembléia Geral

Art. 16. A Assembléia Geral é o órgão soberano da Associação, cabendo-lhe todos os poderes não expressamente atribuídos a outros órgãos da OCA.

Art. 17. Cabe ao Presidente da OCA abrir os trabalhos das sessões da Assembléia Geral, explanando seus fins e objetivos, e indicar o Presidente e o Secretário dos trabalhos, que dirigirão, por fim, a reunião.

Art. 18. A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente na primeira quinzena de dezembro para a eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal e para aprovação dos balancetes de prestação de contas da Diretoria.

Parágrafo único. Extraordinariamente, reunir-se-á a Assembléia Geral nos casos previstos e quando assim exigirem pelo menos um quinto dos associados em dia com suas obrigações estatutárias.

Art. 19. A convocação para a Assembléia Geral será feita mediante convite postal ou por meio eletrônico.

Art. 20. A Assembléia Geral será formada por todos os associados que estejam em pleno gozo dos seus direitos e quites com suas obrigações estatutárias.

Art. 21. Os trabalhos de cada sessão serão registrados em Ata constante de livro especial, redigida pelo secretário da mesa que, lida e aprovada, será assinada pelos componentes da mesa e demais associados presentes.

Art. 22. A Assembléia Geral somente poderá deliberar em primeira convocação com a presença da maioria absoluta dos sócios existentes.

Parágrafo único. Não havendo número suficiente, será feita uma segunda convocação, trinta minutos após a primeira, se houver pelo menos um quinto dos sócios em pleno gozo de seus direitos, sendo válidas, neste caso, as decisões tomadas.

Art. 23. As deliberações da Assembléia Geral serão tomadas por maioria simples de votos, podendo o Presidente decidir em caso de empate, desde que a Assembléia concorde ser adotado o sistema de aclamação, votação simbólica ou escrutínio secreto.

Art. 24. Compete privativamente à Assembléia Geral:

- a) eleger os administradores;
- b) destituir os administradores;
- c) aprovar as contas;
- d) alterar o Estatuto.

Parágrafo único. Para as deliberações a que se referem as alíneas “b” e “d”, é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes na Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

CAPÍTULO VII

Da Diretoria e das Atribuições dos Diretores

Art. 25. A Diretoria da OCA é o órgão executivo e compõe-se dos seguintes membros:

- a) Presidente;
- b) Vice-presidente;
- c) Secretário.

Art. 26. A eleição dos membros da Diretoria será feita na sessão de Assembléia Geral convocada para a primeira quinzena de dezembro do biênio, na conformidade do capítulo sétimo desse Estatuto, tomando posse no primeiro dia de janeiro.

Art. 27. O mandato dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal será de dois anos.

Parágrafo único. Poderá haver reeleição do Presidente, Vice-presidente e dos membros do Conselho Fiscal por vários períodos subseqüentes de igual duração.

Art. 28. No caso de renúncia, suspensão ou desligamento de qualquer membro da Diretoria, com exceção do Presidente e do Vice-presidente, os demais membros desta escolherão o seu substituto dentre os associados, atendendo ao disposto no Art. 8º, parágrafo único, não dependendo tais escolhas de aprovação da Assembléia Geral.

§ 1º O Diretor que renunciar, for suspenso ou excluído, deverá prestar contas do seu mandato no ato do afastamento.

§ 2º O Presidente e o Vice-presidente que renunciar em até seis meses antes do término do mandato, será substituído por um outro, eleito em Assembléia Geral, para complementação do mandato da Diretoria anterior.

Art. 29. A Diretoria reunir-se-á mensalmente, na sede da Associação, em dia e hora previamente determinados, lavrando-se em cada reunião a competente Ata, que será assinada por todos os Diretores presentes.

Art. 30. Todas as decisões serão tomadas por maioria absoluta de votos.

Art. 31. É facultado aos Diretores, escolher, entre os sócios, auxiliares para as suas funções, com a devida aprovação pelo Presidente.

Art. 32. Em caso de renúncia do Presidente e do Vice-presidente, o Conselho Fiscal assumirá a direção da Associação, convocando a Assembléia Geral, imediatamente, para decidir sobre o assunto e escolher os novos Diretores.

Art. 33. Vagando, definitivamente, a Presidência, o Vice-presidente assumirá a direção da Associação até a época normal da eleição e posse da nova Diretoria.

Art. 34. Compete à Diretoria:

- a) dirigir e administrar a Associação, fazendo cumprir fielmente os Estatutos, regulamentos, resoluções e decisões;
- b) receber por inventário, que será transcrito em Ata, os bens e fundos da Associação, pelos quais se responsabilizará;
- c) organizar a proposta orçamentária da Associação e apresentá-la à Assembléia Geral para aprovação;
- d) apresentar anualmente, por ocasião da reunião da Assembléia Geral, os balancetes para aprovação;
- e) nomear os funcionários que julgar necessários para os serviços da sociedade;
- f) resolver sobre a admissão, transferência, readmissão de associados, podendo exigir as informações que julgar necessárias;
- g) impor penalidades que julgar convenientes;
- h) regular o direito de freqüência de acordo com este Estatuto;
- i) propor à Assembléia Geral reforma geral ou parcial deste Estatuto e a resolução dos casos omissos do mesmo;
- j) elaborar regimentos internos, promulgando-os por meio do Presidente;

l) autorizar a assinatura de quaisquer contratos que impliquem em responsabilidade financeira da Associação, contanto que não envolva alienação de bens da referida, prerrogativa exclusiva da Assembléia Geral.

Parágrafo único. As propostas orçamentárias a que se refere o item 'c' deste artigo deverão ser aprovadas pelo Conselho Fiscal convocado durante o mês de janeiro de cada ano.

Art. 35. Compete ao Presidente:

- a) representar a Associação em juízo ou fora dele;
- b) requerer qualquer ação judicial de interesse da Associação, mediante aprovação da maioria absoluta da Diretoria, outorgando, se necessário, mandato *ad judícia*;
- c) convocar a Assembléia Geral e o Conselho Fiscal;
- d) autorizar despesas;
- e) organizar com os demais membros da Diretoria, a proposta orçamentária que deverá ser encaminhada ao Conselho Fiscal;
- f) contratar obras, serviços e fornecimentos autorizados pela Diretoria;
- g) aplicar as penalidades de sua competência e fazer cumprir as aplicadas pela Diretoria;
- h) resolver sobre requerimentos de associados, dentro de sua competência;
- i) nomear e demitir os funcionários da Associação, bem como fixar seus vencimentos;
- j) rubricar os livros da Secretaria;
- l) assinar quaisquer documentos que envolvam responsabilidade financeira;
- m) nomear delegados da Associação para a representação oficial externa;
- n) ter sob sua guarda os documentos da Associação que não sejam estritamente confiados a outros membros da Diretoria;
- o) recorrer à Assembléia Geral das resoluções da Diretoria que considerar contrárias aos interesses da Associação ou que firam o presente Estatuto.

Art. 36. Compete ao Vice-presidente:

- a) substituir o Presidente em todos os seus impedimentos e faltas;
- b) receber poderes temporários, expressamente atribuídos pelo Presidente;
- c) fiscalizar a execução de qualquer obra ou reparo executado na sede da Associação.

Art. 37. Compete ao Secretário:

- a) substituir o Vice-presidente em todos os seus impedimentos e faltas;
- b) fazer, redigir e assinar avisos, convocações e correspondências;
- c) desempenhar qualquer outra função que lhe for confiada pelo Presidente ou pela Diretoria;
- d) promover a arrecadação da receita da Associação;
- e) efetuar os pagamentos das despesas devidamente autorizadas, depois de verificar as suas exatidões;
- f) organizar, no fim do exercício, o balanço patrimonial e financeiro, apresentando-o à Diretoria;
- g) realizar todas as compras da Associação, pessoalmente ou por pessoa de sua confiança, mas sob sua inteira responsabilidade, desde que autorizado pela Diretoria.

CAPÍTULO VIII

Do Conselho Fiscal

Ar. 38. O Conselho Fiscal compõe-se de dois membros e um suplente, sendo eleito bianualmente, por ocasião da convocação da Assembléia Geral para eleição da Diretoria, sendo a substituição dos efetivos processada por ordem de suplência.

Art. 39. Compete ao Conselho Fiscal:

- a) examinar os balancetes mensais da secretaria, apresentando à Diretoria o seu parecer;
- b) examinar as contas apresentadas em caso de renúncia coletiva, concluindo com o necessário parecer;
- c) decidir sobre o recurso do sócio ao qual foi aplicada penalidades, ouvindo antes a decisão da Diretoria sobre a ocorrência;
- d) examinar a contabilidade da Associação;
- e) assumir a direção da Associação em caso de renúncia do Presidente e Vice-presidente.

Parágrafo único. Convocar a Assembléia Geral no caso previsto no Art. 32.

CAPÍTULO IX

Dos Regulamentos, Regimentos Internos e Resoluções

Art. 40. As disposições deste Estatuto serão complementadas pelos regulamentos, regimentos internos e resoluções que forem dispostos para a fiel consecução dos objetivos da Associação.

Parágrafo único. Os regulamentos, regimentos internos, resoluções e medidas transitórias baixadas pela Diretoria ou pela Presidência, serão devidamente publicados na portaria da Associação, vigorando, quando não sujeitos a prazos extintivos, até que o outro ato os revogue.

CAPÍTULO X

Das Disposições Finais

Art. 41. A reforma do presente Estatuto, ditada pela necessidade e desenvolvimento da Associação, poderá ser efetuada, mediante aprovação da Assembléia Geral constituída pela maioria absoluta dos seus associados.

Art. 42. Em caso de dissolução da Associação, os bens constantes de seu patrimônio serão doados a entidades de fins não lucrativos ou econômicos atuantes no âmbito municipal, estadual ou federal.

Parágrafo único. Não existindo no Município, no Estado, no Distrito Federal ou no Território em que a Associação tiver sede, instituição nas condições indicadas neste artigo o que remanescer do seu patrimônio se devolverá à Fazenda do Estado, do Distrito Federal ou da União.

Art. 43. A Associação terá seus símbolos, os quais serão idealizados pela Diretoria.

Art. 44. Este Estatuto, aprovado pela Assembléia Geral de 06/06/2006, quando da sua constituição, em conformidade com o novo Código Civil, entra em vigor na data do seu registro no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

Salvador, 06 de Junho de 2006

Nomes e assinaturas

- O -

Código Civil – a ser observado obrigatoriamente, sob pena de nulidade.

CAPÍTULO II DAS ASSOCIAÇÕES

Art. 53. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.

Parágrafo único. Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

Art. 54. Sob pena de nulidade, o estatuto das associações conterá:

I - a denominação, os fins e a sede da associação;

II - os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;

III - os direitos e deveres dos associados;

IV - as fontes de recursos para sua manutenção;

V - o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;

VI - as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução.

VII - a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas.

Art. 55. Os associados devem ter iguais direitos, mas o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais.

Art. 56. A qualidade de associado é intransmissível, se o estatuto não dispuser o contrário.

Parágrafo único. Se o associado for titular de quota ou fração ideal do patrimônio da associação, a transferência daquela não importará, *de per si*, na atribuição da qualidade de associado ao adquirente ou ao herdeiro, salvo disposição diversa do estatuto.

Art. 57. A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto.

Art. 58. Nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma previstos na lei ou no estatuto.

Art. 59. Compete privativamente à assembléia geral:

I - destituir os administradores;

II - alterar o estatuto.

Parágrafo único. Para as deliberações a que se referem os incisos I e II deste artigo é exigido deliberação da assembléia especialmente convocada para esse fim, cujo quorum será o estabelecido no estatuto, bem como os critérios de eleição dos administradores.

Art. 60. A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la.

Art. 61. Dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais referidas no parágrafo único do art. 56, será destinado à entidade de fins não econômicos designada no estatuto, ou, omissa esta, por deliberação dos associados, à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes.

§ 1º Por cláusula do estatuto ou, no seu silêncio, por deliberação dos associados, podem estes, antes da destinação do remanescente referida neste artigo, receber em restituição, atualizado o respectivo valor, as contribuições que tiverem prestado ao patrimônio da associação.

§ 2º Não existindo no Município, no Estado, no Distrito Federal ou no Território, em que a associação tiver sede, instituição nas condições indicadas neste artigo, o que remanescer do seu patrimônio se devolverá à Fazenda do Estado, do Distrito Federal ou da União.